



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PARECER APROVADO NA SESSÃO
DO DIA
16/04/2021

Luis Carlos Dudé
PRESIDENTE

**PARECER FAVÓRAVEL, DA COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL;
PROJETO DE LEI Nº 36/2020 – INSTITUI
MEDIDAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA NO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA,
REFERENTES ÀS AÇÕES DE
ENFRENTAMENTO À COVID-19 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei Nº 36/2020 de autoria do Preclaro Parlamentar Fernando Vasconcelos, que *Institui medidas de transparência ativa no Município de Vitória da Conquista, referentes às ações de enfrentamento à COVID-19 e dá outras providências.*

O Projeto de Lei “in Analysis” se fundamenta na Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 37 e Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, conforme inteligência do Art.41, IV, *in verbis*:

“Art. 41: O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

(...)

IV – leis ordinárias

(...)

Na mesma esteira, preceitua o Art. 37, Caput, da Constituição Federal de 1988, senão vejamos:

“(…)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

Ainda nesse sentido caminha a coaduna o Art. 83, da Lei Orgânica do município, senão vejamos:

"(...)

Art. 83. A Administração Pública Municipal de ambos os poderes obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, aos demais princípios previstos nas constituições federal e estadual.

(...)

Não foram apresentadas emendas aditivas, mesmo sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

O Projeto de Lei em voga se justifica pela necessidade da obrigatoriedade da divulgação de dados e informações sobre receitas específicas e demonstrativos de despesas, concursos e seleções públicas, compras públicas, inclusive por dispensa de licitação, parcerias, doações, comodatos, cooperações, repasses e transferências referentes ao enfrentamento da COVID-19, as quais deverão ser divulgados no site oficial.

Diante da importância do tema para enfrentamento da Pandemia (SARS-CoV-2), sendo este, objeto de judicialização nas diversas instâncias do Poder Judiciário brasileiro e evidenciado nos meios de comunicação em todo país.

VOTO

A matéria veiculada neste Projeto de Decreto Legislativo não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Destaca-se finalmente que o Projeto de Decreto Legislativo *sub examine* atende perfeitamente o quanto disposto no artigo 37, Caput, da Constituição Federal da República e Artigos 41, IV e 83 da Lei Orgânica do Município.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

Do ponto de vista legal, respeitadas as competências e inovações constitucionais, o Projeto de Decreto Legislativo não apresenta nenhuma inconstitucionalidade.

Analisando-se a regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto que respaldadas na Constituição Federal e legislação municipal pertinentes.

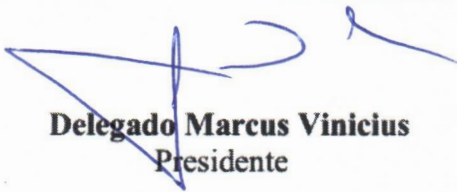
Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei de Nº 36/2020, não merece qualquer reparo.


PARECER

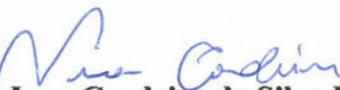
Levando-se em consideração a plena consonância da proposição com as normas legais de competência da matéria, e a inexistência de óbices legais, bem como a boa técnica legislativa empregada, somos pela aprovação do Projeto de Lei de Nº 36/2020, em sua integralidade, sem ressalvas.


Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 09 de abril de 2021

CLJRF - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final


Delegado Marcus Vinicius
Presidente


Francisco Estrela Dantas Filho
Relator


Ivan Cordeiro da Silva Filho
Membro


Dr. Albertto Barreto
Procurador Jurídico das Comissões